

André Green
Fernando Urribarri

Do pensamento clínico ao paradigma contemporâneo

Diálogos



Blucher

DO PENSAMENTO
CLÍNICO AO PARADIGMA
CONTEMPORÂNEO

Diálogos

André Green

Fernando Urribarri

Tradução

Paulo Sérgio de Souza Jr.

Prefácio

Cláudio L. Eizirik

Do pensamento clínico ao paradigma contemporâneo: diálogos

Título original: *Dialoguer avec André Green: la psychanalyse contemporaine, chemin faisant*

© 2013 by Les Éditions d'Ithaque, Paris, France

© 2019 Fernando Urribarri e André Green

Editora Edgard Blücher Ltda.

Imagem da capa: iStockphoto

SÉRIE PSICANÁLISE CONTEMPORÂNEA

Coordenador da série Flávio Ferraz

Publisher Edgard Blücher

Editor Eduardo Blücher

Coordenação editorial Bonie Santos

Produção editorial Isabel Silva, Luana Negraes e Mariana Correia Santos

Preparação de texto Sonia Augusto

Diagramação Negrito Produção Editorial

Revisão de texto Juliana Waetge

Capa Leandro Cunha

Blucher

Rua Pedroso Alvarenga, 1245, 4º andar

04531-934 – São Paulo – SP – Brasil

Tel.: 55 11 3078-5366

contato@blucher.com.br

www.blucher.com.br

Segundo o Novo Acordo Ortográfico, conforme

5. ed. do *Vocabulário Ortográfico da Língua*

Portuguesa, Academia Brasileira de Letras,

março de 2009.

É proibida a reprodução total ou parcial por quaisquer meios sem autorização escrita da editora.

Todos os direitos reservados pela Editora Edgard Blücher Ltda.

Dados Internacionais de Catalogação

na Publicação (CIP)

Angélica Ilacqua CRB-8/7057

Urribarri, Fernando

Do pensamento clínico ao paradigma contemporâneo: diálogos / Fernando Urribarri, André Green ; tradução de Paulo Sérgio de Souza Jr. – São Paulo : Blucher, 2019.

200 p.

Bibliografia

Título original: *Dialoguer avec André Green: la psychanalyse contemporaine, chemin faisant*

ISBN 978-85-212-1340-6 (impresso)

ISBN 978-85-212-1341-3 (e-book)

1. Psicanálise 2. Psicanalistas – Entrevistas
I. Título. II. Green, André.

18-0888

CDD 150.195

Índice para catálogo sistemático:

I. Psicanálise

Conteúdo

Um discurso sempre vivo	7
<i>Cláudio L. Eizirik</i>	
Diário de bordo da pesquisa contemporânea	15
<i>Fernando Urribarri</i>	
1. 1991. Do sujeito da pulsão ao sujeito brincante	21
O novo campo clínico, nos limites da analisabilidade	
2. 1996. Depois de Freud, com Freud	47
Renovar os fundamentos da metapsicologia	
3. 2001. O pensamento clínico	75
Renovar os fundamentos da técnica	
4. 2009. A revolução silenciosa	95
O que é o contemporâneo em psicanálise?	

5.	2009. Carregar a morte em si	105
	A mãe morta e as questões da destrutividade	
6.	2011. A psicanálise contemporânea, a caminho	129
	1960-2011: rumo a um novo paradigma	
	Anexo I – 1999	165
	Carta aberta de André Green à revista <i>Zona Erógena</i>	
	Anexo II – 2012	171
	O legado de André Green: lembrar, elaborar, assumir	
	Bibliografia	177
	Índice onomástico	185
	Índice de conceitos	189

1. Do sujeito da pulsão ao sujeito brincante

O novo campo clínico, nos limites da analisabilidade¹

Buenos Aires, julho de 1991

F. Urribarri – *Um ano atrás o senhor estava publicando A loucura privada: psicanálise dos casos-limites.*² *Como definiria os casos-limites? Em termos mais gerais, o que pensa hoje das suas pesquisas acerca desse tema?*

A. Green – Não tenho certeza, hoje, se posso formular uma definição unívoca dos estados-limites. No que concerne aos meus próprios escritos, considero ter feito algumas contribuições que continuam sendo importantes e que puderam ser verificadas, em seguida, na experiência clínica – a minha, evidentemente, mas também a de outros. É uma validação importante. Quando um analista elabora algo novo, geralmente se apoia em três ou quatro casos que o balançaram em especial e que o impelem a um trabalho de pensamento mais aprofundado. Nós nos prestamos, então,

1 Entrevista realizada no dia seguinte a uma conferência de André Green, organizada pela revista *Zona Erógena (ZE)*, na Universidade de Buenos Aires. Este texto, que marca o início de nossas entrevistas gravadas, foi publicado em espanhol em *Zona Erógena*, 7, set.-out. de 1991.

2 Green (1990). Cf. também *infra*, p. 107, nota 3.

às teorizações. E elas são necessariamente parciais, mas permitem avançar em relação às teorias herdadas.

O que é um caso-limite? Eu me recordo de uma analisante que havia chegado muito angustiada para a sessão. Ela se perguntava sobre a natureza do nosso trabalho: O que é que queria dizer o fato de que pessoas como eu se ocupam de pessoas como ela? O que estávamos fazendo? Por quê?... Eu podia fazer uma interpretação transferencial da sua pergunta, mas bem sabia que às vezes a interpretação não basta. Com alguns analisantes somos obrigados a fazer com que a interpretação vá acompanhada de uma resposta mais ou menos direta. Para essa paciente eu me recordo de ter dito que o nosso trabalho era com a *verdade*. Ela ficou quieta por um instante, depois respondeu: “É verdade”. E sua angústia foi indo embora devagarinho...

F. U. – *Como o senhor encara a relação com a verdade e com o pensamento específico nos casos-limites (em comparação com as estruturas neuróticas)?*

A. G. – Tem razão em frisar a existência de relações específicas com os modos de funcionamento. A neurose funciona sob a primazia do princípio do prazer/desprazer, em torno do conflito entre desejo e defesa, em torno das fixações da libido etc. Encontramos esses mesmos elementos nos casos-limites, mas *recobertos* por conflitos que seguem uma lógica totalmente outra...

F. U. – *Está aludindo ao duplo conflito do Eu (com o Isso e com o objeto), que o senhor expôs no seu modelo do funcionamento-limite, posteriormente conceitualizado no termo “duplo limite”?*³

3 Cf. Green (1980a).

A. G. – Justamente. O conflito com as pulsões próprias (do sujeito) vem acompanhado do conflito com as pulsões do objeto (do outro). Por isso o objeto tem um peso decisivo nos estados-limites. Foi o que os pós-freudianos nos ensinaram. No entanto, também precisamos “ficar com Freud” para encarar a questão em termos de perda de objeto primário, de distúrbios da constituição do Eu e de narcisismo primário. Observa-se nesses pacientes que a força das fixações libidinais e agressivas sempre implica o narcisismo. As angústias de castração e de penetração vêm, no conflito-limite do Eu com o objeto, acompanhadas de angústias de abandono e de invasão. Os mecanismos de defesa “limites”, como a clivagem ou o desinvestimento, mutilam o Eu, o pensamento. Os “brancos” do pensamento e a sensação de vazio são sua expressão clínica.

Dito isso, para retornar à questão do objeto, ainda que se constate o papel central deste nos estados-limites, acredito que não se reconheceu suficientemente a mudança de paradigma que corresponde à passagem da teoria freudiana das pulsões para as teorias pós-freudianas centradas no objeto e nas relações de objeto. No movimento pós-freudiano, o paciente de referência deixa de ser o neurótico; e é preciso se haver, então, com as psicoses (Klein, Bion), com as neuroses de caráter, com as estruturas pré-genitais (Bouvet), com as patologias do falso *self* (Winnicott) etc. É desse campo clínico ampliado que emerge toda a indagação contemporânea sobre os estados-limites. É aqui que a questão da verdade se coloca, pois esses analisantes têm a sensação de haverem sido manipulados e explorados por suas imagens parentais: eles serviram de equilíbrio econômico e narcísico dos objetos primários. Descobre-se então que, neles, o funcionamento mental segue uma lógica bastante diferente da que é seguida pelas estruturas neuróticas, que obedecem à “lógica da esperança” própria ao desejo inconsciente. Nos casos-limites, o analista deve se comprometer com a escuta daquilo que chamo de uma “lógica da desesperança”, ou até de uma

“lógica da indiferença”. São lógicas, se assim podemos nos exprimir, menos organizadas e mais arcaicas do que as lógicas dos processos primários do inconsciente. Elas estão mais impregnadas de moções pulsionais do Isso.

Considera-se que, nos casos-limites, os *distúrbios do pensamento* encontram-se no primeiro plano, mas quase se poderia dizer isso das neuroses. A histérica, diz Freud, sofre de reminiscências; no obsessivo, a sexualização e a onipotência do pensamento são centrais. Todavia, isso sempre remete aos “pensamentos de desejo”, à libido e às fantasias eróticas. Nos casos-limites, em contrapartida, o pensamento é totalmente monopolizado pelo trabalho do negativo (quanto a esse ponto, me sinto próximo da ideia do “-C” bioniano). Eis a razão pela qual sustento que o trabalho analítico com as estruturas não neuróticas deve buscar favorecer um funcionamento aparentado ao da neurose. O objetivo é transformar o delírio em brincadeira, a morte em ausência.

F. U. – *Sua teoria do trabalho do negativo desempenha um papel central na conceitualização dos estados-limites – estados nos quais o senhor constata uma “subversão do trabalho do negativo”. Poderia comentar essa ideia?*

A. G. – O pensamento do negativo é necessariamente paradoxal. Comparada a outras concepções do inconsciente, a teoria psicanalítica encontra sua originalidade no trabalho do negativo. Ele surge, primeiro, como condição para a vida humana, para a vida social. Pois é preciso justamente conter a “força bruta” – essa força que é o dado de base do psiquismo por conta de sua relação com as pulsões. Por isso, o negativo consiste primeiramente em dizer “não” a certas pulsões.

O *não* é fundamental para se organizar. Ele pode ser “dito” a diversas coisas e opera em diferentes níveis. Um primeiro nível, ligado ao papel das pulsões, corresponde à organização interna. Um segundo nível remete ao plano intersubjetivo, o das relações com os objetos. É preciso dizer “não” para o objeto para poder dizer “sim” para si mesmo, para tornar-se um sujeito. Ora, a subversão do trabalho do negativo, que encontramos nos casos-limites, consiste em dizer não para si mesmo. Mas não é um “não” no sentido do recalçamento ou da renúncia ao objeto incestuoso em resposta à exigência do Supereu. O movimento é mais extremo: ele consiste em negar o desejo atacando os vínculos com o objeto até lá nos fundamentos do Eros no Eu.

Esses sujeitos podem então utilizar, com fins destrutivos, toda e qualquer variante (da simples negação à forclusão) desse trabalho do negativo – destruição de sua própria estrutura psíquica e de toda forma de evolução em direção a uma tomada de consciência daquilo que são, do seu desejo, do papel de sua história, do papel dos fatores que os constituem... Eis aqui, portanto, o paradoxo do trabalho do negativo: como algo que faz parte do “equipamento humano”, por assim dizer, pode voltar-se contra si mesmo? Da mesma forma que a realização alucinatória do desejo vira alucinação negativa.

F. U. – *Essa subversão do trabalho do negativo corresponde ao que o senhor chama de “narcisismo negativo”?*

A. G. – Sim. Pode-se encarar a subversão do negativo sob dois ângulos. Ou do ponto de vista do narcisismo negativo, ou na perspectiva de uma noção que considero complementar e que descrevi como um par: a “função objetalizante” e a “função desobjetalizante”.

Ao falar em “função objetalizante”, quis mostrar que a estrutura psíquica tem como função não só entrar em relação com os objetos, mas também *criar* novos objetos; e que, em última instância, toda e qualquer coisa pode se transformar em objeto para o sujeito. É uma reformulação mais contemporânea do Eros freudiano. Em contrapartida, podemos dizer que a função desobjetalizante age no sentido contrário ao Eros: ela desinveste e desqualifica o objeto. Esse mecanismo pode ir muito longe. Por exemplo, no fetichismo das peles é a pele que conta, e não a pessoa que a veste: há aí, portanto, uma desqualificação do objeto, da sua complexidade, da sua singularidade, do seu caráter “único e insubstituível” (esses dois adjetivos sendo aqueles utilizados por Freud para designar a mãe aos olhos da criança). Vamos mais longe: pensemos na estrutura psicótica. É justamente nela que vemos o fenômeno da alucinação negativa agindo de maneira tão considerável que pode muito simplesmente fazer com que se negue ao sujeito a existência mesma do objeto. Eis aí dois exemplos da função desobjetalizante.

O narcisismo negativo, impregnado de pulsões de morte, subverte o jogo da vida: “Quanto mais eu perco, mais eu ganho”. Quanto mais a pessoa rejeita e destrói aquilo que provém do objeto, mais reforça sua posição. É uma espécie de onipotência negativa. “Posso recusar tudo, rejeitar tudo”: as pulsões, o objeto e até minha própria pessoa... Apesar do aspecto um pouco abstrato ou teórico desses desenvolvimentos, eles se esforçam para elucidar certas questões clínicas, como a reação terapêutica negativa.

F. U. – *Relacionar narcisismo negativo e reação terapêutica negativa me evoca a “quarta ferida narcísica”, que o senhor havia salientado...*

A. G. – Sim. Eu disse que a reação terapêutica negativa é uma “ferida narcísica” para o analista e para a psicanálise,

simultaneamente. Quando se está às voltas com uma reação terapêutica negativa, percebe-se que, se a análise vai bem, se ela está progredindo, o trabalho do negativo se subverte e torna-se mortífero. Com as transferências-limites, atravessam-se mais ou menos habitualmente, de modo cíclico, movimentos negativos muito próximos daquilo que Freud descreveu. São situações em que, aos olhos do paciente, tudo o que o analista faz é nefasto para ele próprio, forçosamente: se o analista se cala, é porque “ele não se interessa por mim”; se fala, é porque “ele está querendo me impor suas ideias”; se aceita uma modificação para facilitar as coisas, é porque “ele deseja me humilhar”... Tudo o que vem do objeto (do analista) é negativado, nada encontra uma significação positiva. Tudo é, direta ou indiretamente, remetido ao interesse malicioso do analista, à sua “vontade de potência”.

F. U. – *Parece-me que o senhor sempre atribui uma grande importância às ideias de Winnicott, especialmente quando escreve sobre essas dinâmicas de um ponto de vista clínico, até mesmo “técnico”.*

A. G. – É verdade. A referência a Winnicott é, para mim, essencial, tanto do ponto de vista clínico quanto teórico. No que concerne à clínica, citei diversas vezes seu formidável artigo sobre a utilização do objeto.⁴ Ele sustenta que o paciente precisa atacar o analista a fim de exprimir e experimentar sua própria destrutividade, mas também para que o analista sobreviva a isso. A questão é saber o que é “sobreviver”... Pois isso não quer dizer “não morrer”! Penso que sobreviver é ser capaz de continuar a investir na relação analítica e, notadamente, continuar a pensar. Sobreviver é poder sustentar o jogo analítico, o diálogo, a abertura potencial para a simbolização. E quando tudo isso estivesse colocado em xeque,

4 Cf. Winnicott (1969).

sobreviver seria poder conservar tudo em latência no pensamento do analista.

F. U. – *O senhor escreveu, em 1974, que os limites da analisabilidade são os limites da figurabilidade.*⁵ *Dai, em 1987, observou nos casos-limites um distúrbio funcional no nível da representação de coisa, talvez até mesmo uma falha de inscrição da representação de coisa.*⁶ *Poderia desenvolver essas ideias?*

A. G. – Os casos-limites sempre colocam uma dificuldade quanto à sua delimitação, quanto à sua definição. Não acredito que uma abordagem psicopatológica – sem excluí-la – seja a mais adaptada. Propus a noção de “limite” tentando introduzir nisso uma elaboração enquanto conceito metapsicológico. O limite não é uma simples linha, é toda uma zona de transformações entre o dentro e o fora, assim como entre as instâncias psíquicas. Não há psiquismo sem limite. Não há sujeito sem limite. Eu insistiria, ainda hoje, no fato de que o conceito de “caso-limite” permanece mal circunscrito. Ele recobre uma multiplicidade polimorfa: algumas neuroses graves podem ser consideradas casos-limites; as patologias psicossomáticas geralmente o são; os transtornos narcísicos e, em grande parte, os quadros depressivos também. Continua sendo preferível – por ser mais produtivo – encará-los clinicamente como *estados nos limites da analisabilidade*.

Quando o senhor falou em “distúrbio funcional”, não me reconheci; porém, quando acrescentou a “falha de inscrição”, encontrei-me plenamente. No artigo em questão, começo propondo

5 Cf. Green (1974). Apresentado no 29º Congresso da API em 1975, esse texto, também conhecido como “Relatório de Londres” ou “Relatório de 1975”, foi posteriormente republicado em Green (1990).

6 Cf. Green (1987b), republicado em Green (1996).

uma visão expandida da representação na metapsicologia. Distingo, primeiro, quatro territórios tópicos: o soma, o inconsciente, o consciente e a realidade. A representação de coisa pode ser inconsciente ou consciente, e por conta disso tem a faculdade de criar pontes entre os diversos setores. Ela constitui o núcleo do trabalho psíquico, da simbolização. Pôde-se conjecturar sobre o fracasso da realização alucinatória do desejo como modelo de base do psiquismo nos estados-limites. Cumpre precisar que esse fracasso se deve a um trauma no encontro com o objeto primário – encontro na origem dessas representações que Freud chamava de “representações de coisa” ou “de objeto”. Noutros termos, o traço mnésico não é investível por causa da dor que pode provocar. Em vez de uma experiência de satisfação, evoca uma experiência de desamparo.

Às vezes fico surpreso de ouvir falarem com tanta frequência em amnésia infantil e tão pouco da importância da *amnésia durante as sessões!* Uma compreensão em termos de recalçamento não é suficiente. Consta-se nos pacientes uma memória como que recoberta por uma bruma, uma espécie de película. Fato bastante notável: muito frequentemente eles não têm mais que três ou quatro lembranças de infância – e, além disso, pouco importantes... Não se recordam de quase nada. Pior: vivem numa espécie de perda de referência temporal. A mudança vem vindo com o trabalho analítico... Caso se chegue a analisar a transferência – que se exprime “graças” a passagens ao ato, episódios somáticos ou situações loucas com os objetos externos –, o psiquismo tenderá a se organizar; a se “temporalizar”, por assim dizer. Veremos, então, emergirem lembranças; veremos também uma manifestação da memória, dos traços que conseguem entrar em ressonância ou em relação com outros traços.

De fato, o trabalho analítico não deve apenas visar à recuperação do passado infantil, mas também (e, talvez, até prioritariamente)

ao estabelecimento de uma memória processual, ligada à faculdade que a análise tem de engendrar representações.

F. U. – *Desde o seu Relatório de Londres,⁷ o senhor tem atribuído uma grande importância ao trabalho em comum da dupla analisante-analista. E, para além da contratransferência, o senhor valoriza o papel do pensamento e da imaginação do analista.*

A. G. – Na nossa prática contemporânea não se procura tanto “tornar o latente manifesto” – graças a interpretações do analista – quanto se procura produzir uma dinâmica criadora na sessão analítica. Porém, essa dinâmica depende desse “trabalho em dupla”. Ela tende à manifestação da simbolização e à constituição daquilo que chamo de “objeto analítico”, um objeto formado pelo relacionamento das duplas de analisante e analista. O trabalho do analista se complexifica. É pelo diálogo analítico que ele vai procurar conectar, tornar figurável e pensável o material, antes mesmo de desembocar numa interpretação.

Num artigo relativamente recente – “A capacidade de *rêverie* e o mito etiológico”⁸ –, falo do trabalho de imaginarização da escuta do analista em relação ao discurso do paciente. Uma vez que o sentido manifesto do discurso foi compreendido, é preciso ainda conseguir imaginá-lo, figurá-lo para si, torná-lo “visível” para o pensamento do analista. Nesse texto, insisto justamente na importância decisiva do *pré-consciente do analista como sede do trabalho psíquico dos processos terciários* – ou seja, dos processos de vinculação entre processos primários e secundários, que se mostram essenciais quando se tem de fazer frente a mecanismos de clivagem

7 Cf. p. 28, nota 5.

8 Green (1987a).

e de evacuação, e a tudo o que se designa, habitualmente, como “transtorno do pensamento”.

F. U. – *O senhor sustenta, portanto, que – diferentemente do que se passa com os neuróticos – nos estados-limites o conflito é menos centrado no desejo do que nos transtornos do pensamento. Poderia então precisar as relações entre desejo e pensamento nos estados-limites?*

A. G. – Em *L'enfant de ça*⁹ [O filho disso] eu já estava interessado no problema do pensamento (naquela época, estava começando a estudar a obra de W. R. Bion). Sustento ali a existência de uma relação dialética entre desejo e pensamento. Se consideramos o sonho (o paradigma freudiano), vemos que, para ter pensamentos de desejo, é preciso, primeiro, ter pensamentos, muito simplesmente! Estritamente falando, sem os pensamentos latentes não pode haver desejo. Nem tampouco o sonho como realização do desejo. Em Freud, a realização alucinatória do desejo é concebida como um trabalho de pensamento. E reencontramos aqui aquilo que havíamos dito dos traços: pois, por sua vez, para se constituírem, os pensamentos latentes dependem de certa decantação da experiência de satisfação nos traços mnésicos. É da constituição do traço, de sua disponibilidade, que depende o processo de transformação próprio aos pensamentos latentes. Porém, essa estruturação é insuficiente nos estados-limites...

F. U. – *Como essa particularidade do pensamento dos estados-limites se exprime na clínica? Quais são suas implicações?*

9 Green e Donnet (1973).

A. G. – A primeira questão que se coloca é saber se o sujeito, por assim dizer, está ou não ali, no momento. Se ele está ou não *presente* em seu próprio discurso e na sessão. Um dos meus pacientes me dizia: “Dr. Green, não estou escutando o senhor. Estou com merda nos ouvidos”. Aqui, a interpretação é vivida como uma intrusão anal tão violenta que o analisante para de escutar, de estar ali, naquele momento. Depois de uma interpretação importante, outro paciente me disse: “Cale-se! Tudo o que o senhor pede é que eu esteja aqui, agora!”. Veja só a importância, para o pensamento, deste “estar aqui, agora”. Trata-se da relação entre a presença de si para consigo e a relação de si com o objeto, vinculadas num contexto de investimento. É o que Winnicott chamou de “capacidade de estar só” na presença do outro.

A segunda condição para poder pensar é estar aqui, agora, sem ser disso prisioneiro. Isto é, conservar esse movimento interno que permite partir, ali permanecendo. Poder fantasiar sem parar de investir na realidade, sem perder contato com o outro. A meu ver, é com esse movimento virtual de estar e de não estar aqui, agora – de estar presente em si, conservando simultaneamente a capacidade de se ausentar –, que se inicia o pensamento propriamente dito.

F. U. – *Pensar implica sair da presença pura, da identidade de percepção...*

A. G. – Exato. Uma vez atendida essa segunda condição, a terceira será uma exigência de fluidez. Pois o pensamento é uma corrente, um rio, e cumpre poder tolerar certo grau de desorganização. A organização do pensamento requer uma base sólida. *E uma falta*. Se não há falta, não há necessidade de pensar. Se a base não é sólida, a falta é desorganizadora demais...

Na clínica dos estados-limites, constata-se que essas condições não são “suficientemente” atendidas. Testemunha disso é a impossibilidade de associar livremente, a predominância do funcionamento evacuativo e também essa grande dificuldade de utilizar o divã devido ao risco de desorganização provocado pelo fato de se “perder de vista” (como diz Pontalis) o analista. O pensamento é submetido ao controle que o paciente quer exercer sobre o analista para conjurar os riscos de desorganização e a perturbadora sensação de ser invadido pelas pulsões ou pelo objeto.

F. U. – *O senhor faz alusão a outro conceito importante: a “loucura privada”.*

A. G. – Eu proponho o conceito de “loucura privada” opondo-o à neurose, decerto, mas sobretudo à psicose. Como o senhor sabe, os casos-limites foram primeiramente situados “nos limites da psicose”. Estou falando, então, de loucura para descrever funcionamentos não neuróticos e essas múltiplas situações nos limites da analisabilidade. É um conceito que remete à loucura própria ao ser humano, às paixões. Ele supõe um eixo pulsões-paixões vinculado aos objetos primários de amor e de ódio. Minha intenção é dar conta de certas transferências-limites, de passagens ao ato, da predominância do corpo em relação à palavra, do afeto em relação à representação.

F. U. – *O afeto. Eis aí um tema importante na sua obra, sobre o qual adoraria ouvi-lo. Já em 1960, ao apresentar um trabalho que fazia críticas a Jacques Lacan – no Colóquio de Bonneval¹⁰ sobre “O inconsciente” –, o senhor reivindicava o papel do afeto e adotava*

10 Cf. *infra*, p. 130, nota 2.

uma visão freudiana centrada no conflito e na relação irreduzível entre o econômico e o simbólico...

A. G. – Ah... O senhor foi longe no tempo citando esse trabalho sobre o afeto! Ele resultou, primeiro, na publicação de um relatório para um congresso. Depois foi retomado num livro, *O discurso vivo*.¹¹ Meu pensamento não mudou muito desde então. Na época, tinha de me confrontar com um problema duplo. O primeiro vinha da conferência de Jean Laplanche e de Serge Leclair em Bonneval (onde se apresentava a teoria que Lacan havia tratado longamente na última parte do seu Discurso de Roma).¹² A teoria lacaniana partia da teoria freudiana, mas dela excluindo o afeto – modificação que não me parecia, de jeito nenhum, negligenciável! Ela fazia com que a interpretação do inconsciente pendesse numa direção que desnaturava profundamente a base freudiana. Meu primeiro objetivo foi, então, demonstrar essa divergência e marcar a diferença entre a teoria lacaniana e o pensamento de Freud.

O segundo problema provinha do fato de que o exame da literatura psicanalítica mostrava muito claramente que os analistas não estavam satisfeitos com as teorias existentes sobre o afeto. Eu tinha, por isso, uma dupla razão para abordar esse tema. E o fiz. Mas cumpre precisar algo: não sou “o homem do afeto”. O que propus não é uma contrateoria que privilegia o afeto. Digo que o afeto é parte integrante da teoria e que não se pode suprimi-lo. Minha perspectiva visava, sobretudo, examinar as teorias psicanalíticas que, postulando uma formalização, não passavam de uma espécie de falcatrua, de pura e simples mistificação.

Por outro lado, é verdade que, por diversas razões, a elaboração de uma teoria do afeto não é óbvia. O afeto tem, sem dúvida, características que fazem dele um elemento bastante complexo: mantém

11 Green (1973).

12 Lacan (1953).

uma relação muito estreita com o corpo; está muito ligado aos elementos situacionais (pense no *Esboço de uma teoria das emoções*, de Sartre); marca, de saída, a relação com o outro (e é, de saída, marcado pela relação com o outro). Ademais, ele é o suporte de certo número de elementos que permitem que fenômenos como a crença ou a paixão sejam ancorados no inconsciente. Penso que o afeto é uma testemunha privilegiada das relações com a pulsão e com a história do sujeito (vista como uma história de “longo prazo”, em oposição à história de “curto prazo” das representações). E um último ponto, que já havia sido percebido por Freud: a relação do afeto com a verbalização é muito mais incerta e discutível que a da representação com a verbalização.

Creio que somos aqui, mais uma vez, obrigados a proceder por comparação. Compreende-se melhor, com efeito, caso se oponha as propriedades da representação às propriedades do afeto. Para Freud, o fato de que uma representação seja *inconsciente* não implica verdadeiramente uma mudança de natureza da representação enquanto tal. Freud diz que algo está na consciência, depois não está mais, depois se percebe que esse algo continua a produzir efeitos. Freud não diz nada que poderia nos fazer pensar numa transformação essencial da representação: ela é inconsciente, e isso é tudo. Tomemos o problema – um bocadinho controverso – do afeto inconsciente. Alguns, como Laplanche, afirmam: “Ah, mas não há afeto inconsciente para Freud! Os afetos não se recalcam”. Não é verdade! Isso era o que Freud dizia em 1915. Mas em 1923 ele propõe claramente a tese do afeto inconsciente a partir do sentimento inconsciente de culpabilidade.

Tudo o que acabo de enumerar é o que introduz no psiquismo uma dimensão moderna, a da dita “hipercomplexidade”. Por conseguinte, abater o afeto da teoria não equivale a efetuar uma subtração anódina, tampouco a cometer uma omissão inofensiva.

É, efetivamente, pôr abaixo o edifício teórico: é retirar dele sua complexidade real, consistente, opaca, para substituí-la por uma complexidade de puras combinatórias que só existem na cabeça daqueles que falam delas!

F. U. – *Em O discurso vivo o senhor propôs uma distinção essencial entre dois modos de funcionamento do afeto: um ligado à cadeia significante ou simbolizante, outro que a excede ou a transborda.*

A. G. – A meu ver, ainda é válido. O verdadeiro ponto de referência, no que concerne ao afeto, é sua relação com a vinculação e a desvinculação. O afeto surge como algo que pode ou não sustentar o processo de vinculação. Com o afeto, o poder disruptivo do corpo pode se manifestar. Ele pode introduzir marcas, ênfases que enriquecem a representação; pode introduzir, no seio mesmo do processo de representação, um elemento de contradição, até mesmo uma força de desvinculação.

F. U. – *Parece-me, ainda assim, que o senhor não esgotou o tema; e que, a partir de O discurso..., retomou-o novamente em textos como “Réflexions libres sur la représentation de l’affect”¹³ [Reflexões livres sobre a representação do afeto] ou “Paixões e destinos das paixões”¹⁴.*

A. G. – Tem razão. O primeiro texto provém de uma intervenção num colóquio. O segundo me permite sair do enquadramento – por assim dizer – do afeto como ele se apresenta *stricto sensu* na obra de Freud. É um artigo de que eu gosto e que me parece de grande serventia, sobretudo para interpretar os fenômenos da

13 Green (1985).

14 Green (1980b).

clínica contemporânea. Ele frisa, ademais, um ponto que não havia explicado tão claramente em *O discurso...*: o afeto como fundamento da identificação (empatia, simpatia ou, ainda, antipatia). Enquanto fundamento da identificação, o afeto tem uma posição dialeticamente oposta à representação, que decorre da diferença entre processo de representação e processo de identificação. Temos representações de um objeto, mas se nós nos *identificamos* com ele, “somos” esse objeto – sentimo-nos como sendo esse objeto. Nesse momento você já não tem a mesma relação com o objeto, porque você se transformou nele.

F. U. – *Como o senhor articula o afeto e a teoria do narcisismo?*

A. G. – O afeto intervém aí de diversas formas. Tomemos o narcisismo em seu sentido mais amplo (sem as divisões entre narcisismo positivo e narcisismo negativo). Estou falando do narcisismo de vida. É claro que o afeto intervém no sentimento de satisfação, naquilo que garante o sentimento de unidade, de coerência, de harmonia da unidade. A bela forma e a ilusão da totalidade – em suma, o “Um” que vem conjurar o perigo da divisão do sujeito pelo inconsciente. Aí está, portanto, o que se encontra na fonte desse sentimento de satisfação, e que pode nos evocar Lacan, o estádio do espelho, a “assunção jubilatória”... Mas aqui surgirá então um paradoxo: o objeto, a existência do objeto. Por ser um objeto – isto é, potencialmente um objeto de desejo –, ele também tem a possibilidade de se recusar ao desejo. De igual maneira, por meio de suas mudanças de atitude, de posição, o objeto tem a faculdade de promover mudanças no sujeito, ameaçando sua unidade. Por isso, essa unidade terá necessidade de instalar um estado afetivo de suficiência total.

Evidentemente, o afeto só entra em jogo como *um* dos componentes do narcisismo, entre outros. Pois o problema da

representação do Um não é negligenciável. O trabalho de representação no narcisismo procura se assegurar de que o objeto não tem nenhuma imperfeição que possa despertar uma fantasia de castração ou ameaçar a integridade imaginária, seja ela corporal ou psíquica. E, sobretudo – o que também foi demonstrado pelo Lacan de antes da linguagem –, a forma como a imagem do outro participa do processo de agressão especular. Vemos, portanto, que a questão da representação desempenha um papel central e que ela é de extrema importância no que concerne à tranquilidade, à sedução ou, justamente, à identificação especular. A grande contradição na qual estamos mergulhados é, filosoficamente falando, da ordem das questões de *forma* e de *substância* (situando o afeto do lado da substância). Seria preciso remontar a Spinoza...

A ilusão de Lacan foi pensar que podia se livrar da substância. Mas a substância retorna. Ela reaparece na clínica e nas objeções de encontro a sua teoria.

Com o tempo me dei conta de que o grande abalo provocado por Lacan alimentava, no fundo, um movimento de retaguarda. O material de reflexão no qual se apoiava era o mesmo que aquele trabalhado por Freud – *o mesmo, ainda que interpretado diferentemente*. Por isso, o que para mim já constituía um problema na obra de Freud, e que não respondia às interrogações da nossa prática de hoje, se reencontrava na obra de Lacan: não se podia esclarecer, traduzir em pensamento o que se passava *para além do campo da neurose*.

Hoje a época é pós-estruturalista. Poucas pessoas continuam a acreditar na formalização, nos matemas... eles parecem ter apenas uma função narcísica. Dão a ilusão de um cálculo ou de uma combinação possíveis: chegaríamos a uma análise formal integral, até mesmo “científica” – e (subentendido jamais formulado em voz

alta) aquele que tivesse vivido uma análise desse gênero teria um prestígio em relação aos outros!

Observe a situação atual na França. O senhor vai constatar que todos os nossos grandes autores são pós-lacanianos. E chamo a sua atenção para o fato de que não são pós-lacanianos cujas ideias coincidem completamente entre si... Eu mesmo não estou sempre de acordo com Jean Laplanche, com Piera Aulagnier ou Didier Anzieu¹⁵ (menciono esses autores porque publicaram recentemente na sua revista,¹⁶ mas também poderia citar outros). A maioria, nove em cada dez autores cuja obra suscita hoje o nosso interesse, são aqueles que foram influenciados por Lacan e depois se separaram dele. Acho que Lacan me forneceu grandes contribuições, não posso dizer o contrário. Mas com a condição de me ter afastado dele.

F. U. – *O senhor reconheceu ter sofrido a influência de Lacan, de Winnicott e de Bion. Contudo, eu diria que a sua obra parece querer renovar o fundamento freudiano para dar conta das particularidades e das exigências da clínica contemporânea.*

A. G. – Continuo achando que a obra de Freud é, ainda hoje – talvez não seja agradável constatar isso –, aquela que, entre todas as outras, tem a vantagem de conter o conjunto dos componentes necessários para abordar o psiquismo em sua *complexidade*. Pode ser que minhas respostas não sejam como as de Freud, mas é preciso reconhecer nele a exigência de apresentar cada uma das problemáticas sob seus mais diversos aspectos.

A principal razão pela qual continuo a me referenciar em Freud é simples: penso efetivamente que a *dimensão do conflito* é

15 Cf. Green (2013).

16 *Zona Erógena*. Cf. o Anexo I, no final deste livro.

essencial, não eliminável. Esse conflito encontrou, em Freud, sua forma mais radical, extrema, na oposição das pulsões de vida e de morte. Porém, é aí que se percebe que todos os ingredientes estão aí, mas talvez não a solução... Estou querendo dizer que chamar isso de “pulsão de vida” e “pulsão de morte” pode ser discutível. Sem dúvida há forças de vinculação e de desvinculação, e isso é o que, de minha parte, chamei de “função objetalizante” e “função desobjetalizante” – assim como oponho o narcisismo que tende ao *um* e o narcisismo (negativo) que tende ao *zero*, isto é, que resulta da desvinculação em relação ao objeto. A função desobjetalizante pode provocar uma desvinculação interna entre os processos do inconsciente e do consciente, e até mesmo provavelmente entre os processos do Isso e do inconsciente.

Repito mais uma vez: a especificidade da psicanálise está na articulação entre o intrapsíquico e o intersubjetivo. Creio que o divórcio que existe no cerne do pensamento psicanalítico – divórcio entre a teoria freudiana do funcionamento mental e as teorias pós-freudianas das relações de objeto ou da relação com o outro – é nocivo à psicanálise. Os mal-entendidos existem. É claro que eles estão tanto de um lado quanto do outro, e eu sou completamente a favor de uma integração dessas perspectivas porque me parecem, em última instância, complementares. Precisamos de uma nova síntese fundamental. Se nos limitamos ao intersubjetivo, nos vemos diante de uma série infinita de contradições que, bizarramente, acabam aproximando Melanie Klein de Lacan... visto que são perspectivas unicamente relacionais! Quer se trate do outro com minúscula, do grande Outro ou do objeto kleiniano, voltamos sempre à mesma coisa...

Por outro lado, é verdade que a teoria freudiana se concentrava no intrapsíquico e não levava suficientemente em conta o papel do objeto. Para Freud, o que contava era o funcionamento da pulsão;

o comportamento do objeto era contingente. Ora, temos agora elementos o suficiente para saber que *o objeto desempenha um papel considerável na constituição da estrutura psíquica*.

Eu diria, portanto, que *a coerência da situação e da prática psicanalíticas não é outra coisa que não a articulação do intrapsíquico e do intersubjetivo*. É uma ideia que está na base da minha teoria da dupla transferência. Num só e mesmo ato, há *tanto* transferência com a palavra *quanto* transferência com o objeto. Aí está o que interessa! Por muito tempo se acreditou que a transferência se dava com o objeto. Porém, acho que a transferência com o objeto – e isso eu devo, de certo modo, a Lacan – se articula com a transferência com a palavra. É impossível separá-las. Diferentemente de Lacan, eu diria, então, que só a transferência com a palavra não é o suficiente; e que, precisamente, a transferência com o objeto e a resposta do objeto são essenciais para a revelação do sujeito. Nessa perspectiva, defini o processo psicanalítico como um retorno a si que passa pelo outro-semelhante.

F. U. – *Em sua conferência na universidade,¹⁷ o senhor evocou um “sujeito brincante”. Como pensa essa noção? Qual é hoje a sua concepção do sujeito?*

A. G. – Minha concepção do sujeito não é fechada. É uma elaboração em curso, sobre a qual só posso indicar certo número de elementos que me parecem importantes. Para mim, o sujeito é – e sempre será – *o sujeito da pulsão*. E eu diria que aquilo que se passa numa análise é o reconhecimento, pelo sujeito, de sua própria estrutura pulsional, independentemente de quais tenham sido as peripécias da sua história e independentemente de qual tenha sido o papel do objeto. Não se trata, em nenhum caso, de negar que um

17 Cf. *supra*, p. 21, nota 1.

sujeito tenha podido ser (utilizemos um termo forte) *massacrado* por objetos: que esses objetos não o tenham auxiliado em nada na conquista de sua plenitude, em sua chegada ao mundo, em sua participação como ser no mundo. Seja qual for o papel dos objetos, nós nos relacionamos sempre com o sujeito. Falamos, portanto, de sujeito como sujeito da pulsão, e como sujeito da pulsão a reconhecer.

Um segundo aspecto da minha concepção do sujeito é a da heterogeneidade dos seus constituintes. Longe de nos referirmos a uma concepção pura e unitária, trata-se de demonstrar que o sujeito é profundamente impuro e profundamente heterogêneo. Ele deve *compor* com os diversos aspectos dele próprio, sendo determinado ao mesmo tempo por sua relação com a realidade biológica e pela realidade cultural.

A meu ver, os grandes eixos que Freud definiu (princípio do prazer, princípio da realidade, bissexualidade, conflito entre pulsões de vida e de morte, estrutura edipiana etc.) continuam sendo instrumentos de pensamento dos quais não se pode prescindir. Não vejo como as outras teorias podem se arranjar de outro modo e, nesse sentido, fico completamente estupefato ao constatar a estreiteza de visão dos psicanalistas com relação a Freud. Ninguém mais acredita no complexo de Édipo! Por que Lacan diz que a ameaça de castração não funciona mais?! Laplanche diz: “Não creio que seja um elemento-chave da teoria... Para mim, o que é decisivo é o encontro entre a criança e o adulto, conforme a teoria da sedução”. Teimo em pensar que o Édipo é um dado essencial.

A questão do sujeito é enquadrada pelos mecanismos da “terceiridade”. De fato, toda estrutura subjetiva é terceira. Remeto aqui aos trabalhos de Peirce. Com efeito, essa “terceiridade” torna a colocar em jogo não somente um sujeito e um objeto, mas também um terceiro elemento que é o “interpretante” – o qual mantém com o objeto a mesma relação que o sujeito com qualquer outro

interpretante. Isso é fundamental porque concerne a toda teoria da produção de sentido. Por isso, para mim, o elemento da terceiridade faz com que o sujeito humano comporte uma dimensão estrutural terciária: nós a encontramos, por um lado, na triangulação edipiana; e, por outro, naquilo que descrevi sob o nome de “processo terciário”.

Chega-se, por fim, à noção de “sujeito brincante” à qual o senhor fez alusão. Há efetivamente dois aspectos do sujeito: o aspecto do sujeito da teoria da brincadeira e o do sujeito da combinatória. Não tenho em absoluto a intenção de negar a existência de elementos que respondem a essa faceta do problema, abordada por Lacan. Mas, por outro lado, temos a contribuição fundamental de Winnicott, e é dela que tiro a noção de “sujeito brincante”. Trata-se da brincadeira da atividade criadora. O sujeito é essa brincadeira da atividade criadora enquanto movimento enquadrado pela estrutura do simbólico, mas tendo uma margem de ação para, no caminho, transformar tanto a si mesmo quanto as regras da brincadeira. Pode-se compará-lo com o artista, no sentido em que lhe é preciso criar uma posição na cadeia intergeracional dos artistas com uma dupla condição: pertencer a uma tradição e romper com ela para inventar outra. Em todo caso, se eu tivesse de escolher, a teoria de Winnicott me pareceria a mais apropriada. Com seu formalismo, a teoria do sujeito da combinatória de Lacan me parece bastante pouco convincente.

F. U. – *O senhor assinala os limites do modelo clínico (freudiano) da neurose para dar conta, por exemplo, da problemática dos casos-limites. Que modelo, do ponto de vista clínico e teórico, o senhor propõe, então?*

A. G. – Inicialmente, foi interessante constatar que, para abordar esse domínio novo da clínica dos casos-limites, era preciso que

dispuséssemos de outro modelo que não o fornecido pela neurose. Ao mesmo tempo, fomos muitos a propor modelos. Por exemplo, é claro que em Piera Aulagnier há um modelo; é claro que em Laplanche, com seus *Novos fundamentos*,¹⁸ há um modelo. Eu me esforço, igualmente, para chegar ao mesmo resultado, com a pretensão de exprimir essa mudança radical que, a meu ver, a psicanálise deve realizar.

Dei ao senhor as razões de minha fidelidade a Freud. Dito isso, não se trata de uma fidelidade de princípio, mas de uma fidelidade pragmática. Eu me dou conta de que se pode encontrar na obra de Freud os principais elementos de que se precisa para a solução de um problema. A radicalidade da mudança atual provém da confrontação entre o modo de pensamento de Freud e o nosso próprio modo de pensamento: as limitações do modelo freudiano procedem de uma epistemologia que não é muito a nossa. Com isso, a psicanálise deve construir um modelo em maior conformidade com a epistemologia complexa da nossa época. Em outros termos, devemos retomar os diferentes determinantes do modelo do psiquismo. A aposta é das mais sérias. Ela comporta um desafio prático: saber se a evolução “demográfica” psicanalítica vai permitir que os psicanalistas continuem exercendo sua profissão segundo as suas regras clássicas, ou se eles se verão obrigados a modificar as modalidades de suas ações a fim de sobreviver. Também é um desafio com relação a todos esses movimentos mais ou menos inspirados pela psicanálise, que, ainda que se desenvolvam cada um no seu canto, permanecem em interação com a psicanálise: terapia familiar, grito primal, Gestalt, hipnose... e tudo o mais!

Sem esquecer a questão da renovação do pensamento psicanalítico propriamente dito... Por isso, entre os grandes temas, temos ainda o desafio em que as neurociências e a situação da

18 Laplanche (1987).

psicanálise em relação às ciências sociais e antropológicas nos colocam. Eis aí todo um conjunto que representa os desafios lançados ao pensamento psicanalítico tendo em vista a sua renovação. E não se trata de procurar compromissos. Nossa tarefa é *atualizar* o pensamento psicanalítico, colocá-lo no nível das outras disciplinas, confrontando-as com o que aprendemos com a própria experiência analítica – isto é, não de seus derivados (a observação de bebês, entre outros), mas daquilo que há de mais vivo, de mais pungente na experiência analítica.

F. U. – *Esse modelo que o senhor procura construir não corresponderia à sua tese segundo a qual a função de base do aparelho psíquico é representar?*

A. G. – Sim, mas com a condição de dar ao conceito de “representação” toda a amplitude explicitada no artigo ao qual o senhor fez menção, e que instala o conflito e a heterogeneidade bem no centro da representação.

F. U. – *Em “La représentation de chose: entre pulsion et langage”¹⁹ [A representação de coisa: entre pulsão e linguagem] o senhor propõe um modelo ampliado do psiquismo, com quatro territórios (soma, inconsciente, consciência e realidade) e seus diferentes componentes. Não acha que esse modelo apresenta uma síntese de certos eixos do seu pensamento? Que valor atribui a ele, do ponto de vista do seu projeto de construção de um modelo teórico pessoal?*

A. G. – Sem dúvida alguma há aí uma primeira síntese e essa ideia tem, a meu ver, um valor considerável. É uma plataforma de trabalho que reúne, com coerência, muito do que tentei compor.

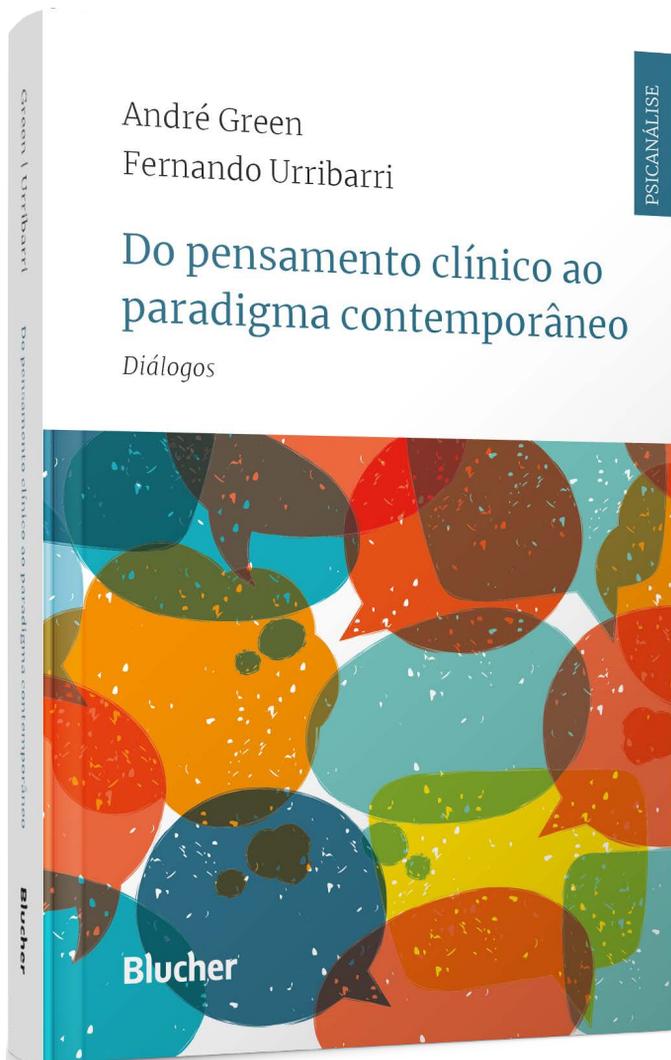
19 Green (1987b).

No prefácio de *Narcisismo de vida, narcisismo de morte*,²⁰ sustento que, para o analista, existe algo que funciona como um “processo teórico inconsciente” do qual ele só se dá conta posteriormente. Talvez, é verdade, constatemos com surpresa que uma noção que se está elaborando tem sua origem, de fato, dez ou quinze anos antes. O fio condutor do meu trabalho havia, assim, sido enunciado desde *O discurso vivo*: a solidariedade indissociável entre a *força* e o *sentido*, a saber, a dupla econômico-simbólico – ou simbólico-econômico, como preferir. Aí estão duas dimensões que são, para mim, indispensáveis e indissociáveis.

F. U. – *Qual o balanço pessoal que o senhor faz hoje? Como André Green se sente com André Green?*

A. G. – Muito melhor que há algum tempo. Creio que estou num momento um pouco especial. O senhor conhece bem a minha obra e verá que estou chegando num estágio – creio que esta entrevista é reflexo disso – em que sinto a necessidade de retomar o conjunto das ideias que produzi em diferentes ocasiões para fazer disso um todo coerente. Estou num momento em que sinto necessidade de uma nova síntese, e é a isso que pretendo me dedicar nesses próximos anos.

20 Green (1983a).



Clique aqui e:

[Veja na loja](#)

Do pensamento clínico ao paradigma contemporâneo

André Green
Fernando Urribarri

ISBN: 9788521213406

Páginas: 200

Formato: 14 x 21 cm

Ano de Publicação: 2019